

上訴案第 753/2025 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

上訴人 A 的判刑及服刑情況：

- 於 2023 年 3 月 31 日，被判刑人於初級法院第二刑事法庭編號：CR2-22-0171-PCC 卷宗內，因觸犯第 6/97/M 號法律《有組織犯罪法》第 1 條第 1 款 p)及 u)項、第 2 條第 1 款及第 3 款所規定及處罰的一項「黑社會的罪」，判處 13 年 6 個月的徒刑；《澳門刑法典》第 339 條第 1 款所規定及處罰的三項「行賄罪」，針對每項犯罪，各判處 2 年 6 個月的徒刑；以及第 2/2006 法律（經第 3/2017 法律所修改）第 3 條第 1 款及第 3 款結合第 4 條第 1 項所規定及處罰的三項「清洗黑錢罪」（加重），針對每項犯罪，各判處 5 年的徒刑。各罪並罰，被判刑人合共被判處 18 年實際徒刑的單一刑罰（見卷宗第 103 頁及徒刑執行卷宗第 3 至 184 頁）。
- 經向中級法院提起上訴，中級法院裁定被判刑人提出之上訴理由部分成立，開釋被判刑人一項「黑社會的罪」及一項「清洗黑錢罪」（加重），改判處被判刑人觸犯三項《刑法典》第 339 條第 1 款所規定及處罰的「行賄罪」，每項判處 2 年徒刑；以及兩項第 2/2006 法律（經第 3/2017 法律所修改）第 3 條第 1 款所規定及處罰的「清洗黑錢罪」，每項判處 2 年 6 個月徒刑。數罪並罰，被判刑人合共被判處五年六個月實際徒刑的單一刑罰（見卷宗第 105 至 106、107、108 頁及徒刑執行卷宗第 185 至 199 頁背頁、第 203 至 399 頁背頁、第 403 至 427 頁、第 428 至 436 頁、第 439 至 441 頁背頁）。

判決已生效，上訴人現正在服刑，將於 2027 年 6 月 22 日服完全部徒刑，並且已於 2025 年 8 月 22 日服滿了 2/3 刑期。

刑事起訴法庭為此繕立了第 PLC-180-23-1-A 號假釋案。在此案中，尊敬的刑事起訴法官於 2025 年 8 月 22 日作出批示，否決了上訴人的假釋。

上訴人 A 不服上述決定，向本院提起上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

1. O douto despacho recorrido fundamentou-se essencialmente nas circunstâncias, ilicitude e grau de gravidade dos crimes cometidos pelo condenado, ora Recorrente, e nos danos causados à sociedade, concluindo que, neste momento, não se pode fazer um juízo de prognose favorável de que o Recorrente conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, e não voltará a praticar crimes após a sua libertação, e além disso, a libertação antecipada do Recorrente seria inaceitável para o público, e abalaria a confiança dos cidadãos no sistema jurídico, não favorecendo a defesa da ordem jurídica e da paz social.
2. Salvo o muito e devido respeito, afigura-se não ter razão o douto despacho recorrido, o qual violou o artigo 56.º, n.º 1 do CP, como a seguir se explicará.
3. São pressupostos formais para a concessão da liberdade condicional, a condenação em pena de prisão superior a seis meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de também seis meses.
4. O Recorrente foi condenado na pena de 5 anos e 6 meses de prisão, tendo já cumprido em 22 de Agosto de 2025, os dois terços de tal pena.
5. Em nenhum dos relatórios e pareceres do EPC consta qualquer referência à violação da ordem e disciplina prisional pelo condenado, todos classificando o Recorrente como pessoa de confiança, e atribuindo a classificação de bom.
6. O Recorrente participa activamente nas actividades organizadas pelo EPC, incluindo formação profissional, e frequenta curso por correspondência.
7. Contudo, o douto Tribunal a quo entende que é necessário mais tempo para observar a evolução da sua personalidade, ao abrigo do disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea a) do CP.
8. Sobre a necessidade de mais tempo para observar a evolução da personalidade do Recorrente, salvo o devido respeito, entende o Recorrente que é infundada essa determinação.
9. Os relatórios e informações produzidos pelos funcionários e técnicos do EPC, que lidam com o Recorrente e que, diariamente, observam, vigiam e disciplinam os comportamentos e a vida do Recorrente na reclusão, são todos favoráveis à concessão de liberdade condicional, incluindo o parecer do dirigente máximo do EPC, mas o Tribunal a quo ignorou, totalmente e sem fundamentação, essas informações.
10. Mas, qual será o valor dessa observação, uma vez que os respectivos relatórios e informações não têm nenhum peso na decisão de concessão de liberdade condicional, como aconteceu no presente caso em apreço?
11. Salvo melhor opinião, entende o Recorrente que a decisão do Tribunal a quo sobre continuar

-
- a observar o recluso, ora Recorrente viola o artigo 56.º, n.º 1, alínea a) do CP, visto que as informações constantes dos autos são suficientes para provar que a personalidade do Recorrente tem modificado e evoluído positivamente.
12. Antes de ser preso, o Recorrente tinha um estatuto social relativamente alto e era respeitado pelo público.
 13. Mas, depois de ficar preso, a sua vida modificou-se radicalmente, podendo dizer-se “caiu do céu para o inferno”.
 14. O Recorrente passou 44 meses no EPC sem liberdade. Durante esse período, o Recorrente sentiu profundamente as severas consequências de ter cometido crimes, reflectiu e ponderou diariamente sobre o que fez, e aprendeu muito com esta lição punitiva.
 15. Portanto, o Recorrente está muito arrependido da sua conduta, e afirma com toda a certeza perante qualquer pessoa, incluindo às autoridades judiciais, que o Recorrente jamais voltará a praticar quaisquer crimes, pois não deseja, de forma alguma, voltar a viver na prisão, nem que seja um dia.
 16. Perante o quadro que se acaba de descrever, dúvidas não deverão existir quanto ao arrependimento e à evolução da personalidade, bem como às perspectivas de ressocialização do ora Recorrente.
 17. Quanto ao requisito previsto no artigo 56.º, n.º 3 do CP, o Recorrente manifestou expressamente consentir que seja feito o processo para a concessão de liberdade condicional.
 18. O facto de os danos causados consequentemente pelos crimes em causa é uma questão passada que foi considerada na medida concreta da pena em causa, pelo que não poderá ser valorada novamente como motivo para impedir ou excluir a liberdade condicional.
 19. Em termos de prevenção especial, a função mais eficaz da liberdade condicional reside em proporcionar um período de transição ao agente antes de ser completamente libertado, permitindo-lhe adaptar-se melhor à sociedade e integrar-se plenamente na comunidade em que voltará a viver.
 20. O Recorrente tem mantido um bom comportamento no cumprimento da pena, admite o erro cometido, demonstra arrependimento sincero, tem aprendido com essa lição punitiva, e compromete-se não voltar a praticar quaisquer crimes.
 21. De acordo com as cartas e declarações subscritas por diferentes entidades, colectivas e individuais, de diversos sectores, de grande prestígio e com estatuto social relevante, constantes dos autos a fls. 22 a 70 e 73 a 84, podemos verificar que todas elas manifestaram expressamente apoiar a reinserção do recorrente à sociedade, com voto de libertação antecipada, depositando confiança no Recorrente, e todas rogaram ao Tribunal a conceder-lhe uma oportunidade.
 22. Apesar de ser uma pequena parte de membros comunitários, não podemos ignorar essas opiniões favoráveis proferidas por entidades com estatuto social relevante que, salvo melhor opinião, têm certa representatividade da sociedade, demonstrando que a libertação antecipada do Recorrente não é incompatível com a defesa da ordem jurídica e paz social, e não torna psicologicamente insuportável para o público.
 23. Em termos de prevenção geral, crê-se que o público em geral aceitaria conceder uma oportunidade de redenção a pessoas que demonstram arrependimento sincero e tomam medidas concretas para a reabilitação.
 24. Acresce que, o processo no âmbito do qual o Recorrente foi julgado teve uma enorme repercussão mediática em Macau, e a condenação dos arguidos neste processo enviou uma mensagem muito forte à sociedade local, no sentido de que ninguém está acima das regras legais, nem dirigentes públicos nem grandes empresários.
 25. Entende o Recorrente que, com todos esses elementos positivos, é suficiente formar um juízo

檢察院對上訴人的上訴理由作出答覆：

1. 我們認為刑庭法官 閣下在被上訴決定中所持之理據非常充分，尤其是已充分考慮到上訴人的人格、社會背景、服刑期間的行為表現及一般預防與特別預防的需要。
2. 在特別預防方面，本院必調指出，上訴人入獄前生活富裕且擁有一定的社會地位，可是，上訴人沒有潔身自愛、沒有奉公守法，反而為了追求更多的商業利益，毅然向政府官員及其家人作利益輸送，可見，上訴人為着金錢利益而妄顧法紀的意識甚強，現時僅按上訴人的實際服刑時間，我們認為實不足以完全矯治上訴人的人格並令其得到全面教化。
3. 基於此，我們對上訴人提早獲釋後是否能以守法方式重返社會仍持十分保留的態度，尤其是未能認定上訴人已具備安分守己及能抵受金錢誘惑而不再犯罪的意志和能力，換言之，准予上訴人假釋顯然未能滿足特別預防的需要。
4. 在一般預防方面，我們更須指出，上訴人的行為嚴重破壞澳門多年來所建設和維護的“廉潔奉公”這一重要的核心社會價值，倘若貿然讓上訴人提早獲釋，一方面將影響市民大眾對澳門特區打擊

de prognose favorável para a concessão da liberdade de modo a ser firme que se pode produzir melhor efeito a sua libertação antecipada no sentido de ressocialização do Recorrente, do que a continuação em prisão até ao fim.

26. Pelo exposto, o douto despacho recorrido viola o n.º 1 do artigo 56.º do CP, pelo que deverá ser revogado, substituindo por outro que concede a liberdade condicional ao ora Recorrente.

27. Tanto mais que o Tribunal não está perante a situação de libertar, sem mais, o ora Recorrente: tal libertação poderá ter lugar sem prejuízo de ser ponderada a aplicação das normas de conduta que o Tribunal tiver como mais apropriadas ao caso, nos termos dos artigos 50.º e 58.º do CP.

Nestes termos, e nos mais de direito que V. Exas. mui doutamente suprirão, se requer que, por ser fundadamente de esperar que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes, e porque a libertação, sujeita à observância de determinadas obrigações, se revela compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social, seja revogada a douta decisão de fls. 122 a 124v., concedendo ao ora Recorrente a liberdade condicional, sempre com a opção de lhe serem impostos determinados deveres de conduta e/ou obrigações, assim se fazendo a costumada Justiça.

相關犯罪的決心及對相關法律效力的信心，另一方面也大大動搖了市民大眾對澳門管治團隊能切實依法施政及全面落實施政方針的信心，使市民大眾渴望生活在一個公平正義及廉政法治的社會的期望完全落空，甚至有可能深化社會各階層之間的矛盾。

5. 顯然地，以上種種均會削弱了澳門穩步向前的社會發展進程，並且對本澳多年來已建立且有良好實踐的法治制度和法律秩序造成難以挽救的負面影響。可見，給予上訴人假釋明顯也未能達到一般預防的效果。
6. 綜上所述，經考慮上訴人所實施的犯罪行為、其個人狀況與人格演變，以及對社會所造成的影響，我們完全認同刑庭法官 閣下的立場，並認為上訴人的情況未能符合《刑法典》第 56 條第 1 款規定的實質要件，故此，上訴人的上訴理由明顯不成立，應予以駁回。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見：

一、概述

針對刑事起訴法庭否決其申請假釋的決定，上訴人 A 提起上訴，請求廢止原審法院的批示並予其假釋。

上訴人 A 為本地居民，根據徒刑執行之訴訟卷宗內容，初級法院 2023 年 3 月 31 日第 CR2-22-0171-PCC 號案件判決其觸犯一項第 6/97/M 號法律《有組織犯罪法》第 1 條第 1 款 p 及 u 項、第 2 條第 1 款及第 3 款規定及處罰的“黑社會的罪”；三項《刑法典》第 339 條第 1 款規定及處罰的“行賄罪”；及三項第 2/2006 號法律第 3 條第 1 款及第 3 款結合第 4 條第 1 項規定及處罰的“加重清洗黑錢罪”，多罪並罰，合共判處十八年徒刑；

其後，中級法院於 2023 年 11 月 21 日於上訴程序改為判處上訴人觸犯三項《刑法典》第 339 條第 1 款規定及處罰的“行賄罪”及兩項第 2/2006 號法律第 3 條第 1 款規定及處罰的“清洗黑錢罪”，合並判處五年六個月徒刑；及後，終審法院在上訴程序維持中級法院判決。

根據卷宗資料，上訴人屬首次入獄服刑，本次假釋申請屬其第一次假釋申請。上訴人在服刑期間被評為信任類，行為總評價為“良”。獄方對上訴人的假釋報告顯示，上訴人服刑期間未有違反獄規和被處罰的記錄。上訴人表示，倘假釋出獄後，其將與家人在本澳居住和經營生意；社會重返部門之技術員和監獄長均建議給予假釋(見卷宗第3頁至15頁獄方假釋報告內容)。

二、分析意見

(一)檢察院假釋意見書摘要

針對上訴人的本次假釋申請，檢察院發表意見書指出，上訴人在本澳取得一定的工作成就，惟其未能克己守法，反而透過行賄及清洗黑錢的不法手段追求更大的利益，相關行為突顯其犯罪故意的嚴重程度和極度薄弱的守法意識，故此，檢察院認為現階段的服刑時間尚不足以完全矯治上訴人的人格，目前未能確保其具能力在獲釋後能以守法方式重返社會生活而不再犯罪，為此，檢察院認為仍需時間對其觀察；另外，上訴人的犯罪行為嚴重破壞澳門廉潔社會的核心價值並動搖大眾對澳門政府依法施政的信心，若提早釋放上訴人將影響公眾對法治的期望致不符刑罰的一般預防要求，為此，檢察官閣下建議否決上訴人的是次假釋聲請(見卷宗第111至112頁內容)。

(二)刑事起訴法庭否決假釋批示摘要

在否決本次假釋申請的批示之中，法官閣下指出，上訴人首次入獄，期間服刑行為良好，已繳付案件司法費用；上訴人有家庭支持及對出獄的生活和工作有安排，然而，考慮上訴人在個案的犯罪故意程度十分嚴重，其為個人的商業及金錢利益作出行賄及清洗黑錢的行為，相關犯罪行為顯示其守法意識極度薄弱及欠缺自我約束能力，故此，考慮個案的犯罪情節及上訴人的過錯程度，刑事起訴法庭仍需時間觀察上訴人是否能以對社會負責任的方式生活及不再犯罪；此外，刑事起訴法庭亦指出，上訴人觸犯的行賄罪及清洗黑錢罪嚴重破壞法治社會的基本秩序，亦對澳門特區管治團隊的良政善治及管治威信造成極大的負面影響，相關情況可合理預期，現時釋放上訴人將有礙法律秩序的權威和社會安寧，為此，基於上訴人的

情況不符合《刑法典》第 56 條規定給予假釋的實質要件，刑事起訴法庭否決給予上訴人假釋(見卷宗第 122 頁至 124 背頁內容)。

(三)上訴理由摘要

上訴人於上訴請求中指出，被上訴批示過於側重上訴人過往的犯罪行為而欠缺考慮對其假釋有利的因素，其在獄中的服刑表現良好、積極參加獄中活動及職訓工作、其對過往犯罪充滿悔意並承諾獲釋後將重新做人不再犯罪，目前，考慮其已獲獄方建議假釋，目前已無需更多時間觀察其在服刑期間已獲得修正的人格；另一方面，上訴人指其入罪服刑已顯示犯罪後果的高昂成本且足以回應社會對法律的期望，多名社會各界人士對其獲釋的肯定亦可體現其獲釋不會影響澳門社會的安寧，為此，上訴人認為其符合給予假釋的特別預防和一般預防的實質要件，應批准其假釋並予其重返社會的機會(見卷宗第 142 頁至 163 頁內容)。

(四)檢察院上訴答覆摘要

針對上訴人的上訴理據，檢察官閣下在對上訴的答覆中贊同刑事起訴法庭的觀點和理據，並重申上訴人不符合假釋的特別預防和一般預防的實質要件；其中，在特別預防方面，考慮已有一定社會地位的上訴人妄顧法紀，為追求更多商業利益而作出行賄及清洗黑錢的犯罪事實，為此，上訴人所服刑期未能足以顯示其人格得到全面教化而具備重返社會安份守己生活的能力和不再犯罪的意志；在一般預防方面，上訴人的犯罪行為破壞特區多年以來建立的廉潔奉公的社會核心價值，為此，提早釋放上訴人將動搖市民大眾對法制的信心及影響社會的安寧，考慮上訴人的服刑情況不符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項和 b 項規定的特別預防和一般預防要求，檢察官閣下提議應維持否決假釋的司法決定(見卷宗第 165 頁至 166 背頁內容)。

(五)對上訴的分析意見

在對不同的法律意見表示充分尊重的前提下，我們認為，刑事起訴法庭和檢察院就給予假釋不符合特別預防和一般預防的意見值得參考及肯定。

依照《刑法典》第 56 條第 1 款的規定，給予被判刑者假釋必須符合法

律規定的要求，包括對形式要件的要求和對實質要件的要求，也就是說，是否給予假釋取決於法律所規定的形式要件以及實質要件是否同時成立。

所謂的形式要件指被判刑者服刑達三分之二且至少已滿六個月；同時，啟動假釋程序需經被判刑者同意。

另一方面，實質要件指綜合分析被判刑者的整體情況並考慮假釋是否符合對犯罪行為的特別預防和一般預防的需要，其中，特別預防在於考慮案件的情節、行為人以往的生活及其人格，其在執行徒刑期間的人格演變等情況，以期待被判刑者一旦獲釋，其能以對社會負責的方式生活而不再犯罪；一般預防則指給予被判刑者提前回歸社會的假釋不致對維護法律秩序及社會安寧造成負面影響。

為此，假釋的給予並非自動性。

本案中，上訴人的服刑記錄顯示，上訴人已具備獲得假釋的形式要件，為此，有需要審議上訴人是否滿足《刑法典》第 56 條關於假釋要求的實質要件，即是否滿足特別預防和一般預防的需要。

分析判決書所載內容，上訴人為本澳居民且屬首次入獄服刑，其服刑行為的總評價為“良”、其在服刑期間沒有違規記錄並積極參與獄方組織的活動和職訓工作、其已繳付案件的訴訟費；另一方面，上訴人具備家庭支持和已為獲釋生活作出安排，其透過信書表示悔意且有多名社會人士為其假釋作撰信支持，同時，獄方技術員及監獄長亦對其假釋給予肯定意見。

我們認為，囚犯在服刑期間表現良好，這是服刑人遵守監獄規則的服刑基本表現，為滿足假釋特別預防要件的要求，服刑人須以其悔意及行為表明其已具備提前獲釋將以對社會負責任的方式生活且不再犯罪的能力。

分析個案判決書的內容，上訴人入獄前已在社會取得一定的職業成就及財富累積，但是，上訴人為謀取更多的商業利益，其多次向時任政府官員行賄和作出清洗黑錢的不法行為，相關犯罪行為顯示上訴人嚴重的犯罪故意和極為薄弱的守法意識，故此，考慮上訴人至今的服刑期間和屬於正常的服刑表現，對於上訴人現階段在人格方面是否已具有充分的正面改變、其是否完全具備能夠抵擋金錢利益的誘惑而不再犯罪的決心、其是否擁有

重新融入社會並以符合社會規範的方式進行生活的能力，我們仍持保留態度，或者說，我們仍需時間觀察上訴人行為方式的轉變。

此外，上訴人入獄前具有一定的社會知名度，但是，上訴人為追求非法的商業利益向時任官員行賄及作出清洗黑錢的犯罪行為，其不法行為對社會秩序構成嚴重的不良影響，尤其破壞澳門市民對廉潔社會的期望和動搖社會大眾對特區政府依法施政的信心，為此，我們可以合理地認為，現時給予服刑僅超過三年時間的上訴人假釋將極可能損害公眾對刑事法律制度的期望，尤其可能對外發出本澳犯罪成本低微的不當訊息和破壞本澳對貪腐職務犯罪零容忍的社會核心價值，就此，我們認為，現時予上訴人假釋將不利於維護法律秩序和社會安寧，或者說，提前釋放上訴人不符合一般預防的要求。

三、意見書結論

綜上所述，我們認為，現階段給予上訴人假釋並不符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項和 b 項對假釋規定的實質要件，本案應裁定上訴人的上訴理由不成立，並維持否決假釋的被上訴批示。

一、事實方面

本院認為，案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

- 上訴人 A 的判刑及服刑情況：
 - 於 2023 年 3 月 31 日，被判刑人於初級法院第二刑事法庭編號：CR2-22-0171-PCC 卷宗內，因觸犯第 6/97/M 號法律《有組織犯罪法》第 1 條第 1 款 p) 及 u) 項、第 2 條第 1 款及第 3 款所規定及處罰的一項「黑社會的罪」，判處 13 年 6 個月的徒刑；《澳門刑法典》第 339 條第 1 款所規定及處罰的三項「行賄罪」，針對每項犯罪，各判處 2 年 6 個月的徒刑；以及第 2/2006 法律（經第 3/2017 法律所修改）第 3 條第 1 款及第 3 款結合第 4 條第 1 項所規定及處罰的三項「清洗黑錢罪」（加重），針對每項犯罪，各判處 5 年的徒刑。各罪並罰，被判刑

人合共被判處 18 年實際徒刑的單一刑罰 (見卷宗第 103 頁及徒刑執行卷宗第 3 至 184 頁)。

- 經向中級法院提起上訴，中級法院裁定被判刑人提出之上訴理由部分成立，開釋被判刑人一項「黑社會的罪」及一項「清洗黑錢罪」(加重)，改判處被判刑人觸犯三項《刑法典》第 339 條第 1 款所規定及處罰的「行賄罪」，每項判處 2 年徒刑；以及兩項第 2/2006 法律 (經第 3/2017 法律所修改) 第 3 條第 1 款所規定及處罰的「清洗黑錢罪」，每項判處 2 年 6 個月徒刑。數罪並罰，被判刑人合共被判處五年六個月實際徒刑的單一刑罰 (見卷宗第 105 至 106、107、108 頁及徒刑執行卷宗第 185 至 199 頁背頁、第 203 至 399 頁背頁、第 403 至 427 頁、第 428 至 436 頁、第 439 至 441 頁背頁)。
- 判決已生效，上訴人現正在服刑，將於 2027 年 6 月 22 日服完全部徒刑，並且已於 2025 年 8 月 22 日服滿了 2/3 刑期。
- 監獄方面於 2025 年 6 月 25 日向刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書 (其內容在此視為全部轉錄)。
- 上訴人 A 同意假釋。
- 刑事起訴法庭於 2025 年 8 月 22 日的批示，否決了對 A 的假釋。

二、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，否決假釋的決定違反了《刑法典》第 56 條的規定。

《刑法典》第 56 條規定：

“一.當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社

會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及

b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二.假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三.實行假釋須經被判刑者同意。”

從這個規定看，是否批准假釋，除了要符合形式上的條件（服刑已達三分之二且至少已滿六個月）以外，集中在要符合特別及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件上。

在特別的預防方面，要求法院綜合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則是集中在維護社會法律秩序的要求上，即是，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”²

那麼，我們看看上訴人是否符合假釋的條件。

在獄中，上訴人參與香港中文大學遙距進修課程及工藝職訓工作。空閒時喜歡閱讀書籍、打坐、唸佛經、鍛練體能等。上訴人在入獄期間沒有違規記錄，被列為“信任類”，其行為總評價為“良”。

獄方監獄長及社工均對上訴人的假釋提出了肯定的意見。

雖然，原審法院認為上訴人入獄前已在社會取得一定的職業成就及財富累積，為謀取更多的商業利益，其多次向時任政府官員行賄和作出清洗

² In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

黑錢的不法行為，相關犯罪行為顯示上訴人嚴重的犯罪故意和極為薄弱的守法意識，現階段在人格方面是否已具有充分的正面改變，仍持保留態度，但是，從上訴人在服刑期間的表現，即使可以視為應該有的正常表現，也應該基於其行為已經得到監獄各方的積極肯定，尤其是得到家人的支持以及社會知名人士、社會非牟利組織紛至沓來的求情信，也足以顯示其行為曾經被多數人接納，並相信其經過這次罪罰之後可以重返社會重新做人以及毫無保留予以接納，這毫無疑問可以視為上訴人在犯罪的特別預防方面得出對他的提前釋放有利以及已經滿足《刑法典》第 1 款 a 項的要求的結論。

然而，正如我們一直認同的，囚犯的犯罪後的表現，尤其是在服刑期間在主觀意識方面的演變情況顯示出有利的徵兆，亦不是當然地等同於假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害，這不單取決於其本人的主觀因素，而更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素，儘管我們也一直強調，在衡量犯罪的特別預防以及一般預防的因素時，應該平衡兩者的關係，不能予以任何的過分要求，犯罪時所顯示的犯罪情節的嚴重性固然是考慮的因素之一，絕對不能成為嚴重罪行罪犯的假釋障礙，以及假釋的審查所集中要考慮的是與犯罪的預防有關的因素，並且在對犯罪的特別預防的獲得積極結論的基礎上，我們也不能不在本案的犯罪所要求的對澳門社會法律秩序的保護方面的考量。

我們完全同意尊敬的助理檢察長在意見書所認為的，上訴人在本案中的犯罪行為（行賄和清洗黑錢罪），其不法行為對社會秩序構成嚴重的不良影響，尤其是破壞了澳門市民對廉潔社會的期望和動搖社會大眾對特區政府依法施政的信心，而服刑僅超過三年時間的上訴人的良好表現，仍然難以修復受到破壞的澳門市民大眾對刑事法律制度的期望值以及對貪腐職務犯罪零容忍的社會核心價值，過早提前釋放上訴人將不利於維護法律秩序和社會安寧，也就是說，上訴人尚不符合一般預防的要求以及滿足《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項的條件，法院還不能作出假釋的決定。

因此，上訴人的上訴理由不能成立，予以駁回。

三、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，予以駁回。

判處上訴人支付本案訴訟費用以及 6 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2025 年 10 月 15 日

蔡武彬（裁判書製作人）

譚曉華（第一助審法官）

周艷平（第二助審法官）